PARECER N.º /2017

**COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS
PROJETO DE LEI N.º 29/2017**

AUTOR: PREFEITO JOSÉ GOMES BRANQUINHO

RELATOR: VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 29/2017 é de iniciativa do Prefeito de Unaí, tem a finalidade de requerer autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente.

A intenção do Nobre Autor é abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) ao orçamento vigente destinado a atender despesa com subvenções sociais.

A justificativa para o presente Projeto de Lei é que créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei e abertos através de decreto do Poder Executivo.

Recebido e publicado no quadro de avisos em 22 de março de 2017, o Projeto de Lei sob comento foi distribuído a esta Comissão, do qual fui designado Relator da matéria para emitir parecer, nos termos do disposto no artigo 211, §8º, do Regimento Interno.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 102, II, “a”, da Resolução n.º 195/1992, que assim dispõe:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:
(...)

II - à Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas:
a) plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual e crédito adicional, e contas públicas;
(...)

Preliminarmente, cabe esclarecer que, conforme disciplinado no artigo 84, inciso XXIII, combinado com os artigos 165 e 166, §§ e incisos respectivos da Constituição Federal de 1988, a iniciativa das leis que tenham a finalidade de abrirem créditos, autorizarem, criarem ou aumentarem a despesa pública é de competência exclusiva do Poder Executivo.

Cabe esclarecer, também, que os créditos especiais, objeto da questão ora formulada, são espécie do gênero “créditos adicionais”, consistindo em autorizações de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei de Orçamento, nos termos dos art. 41 da Lei n.º 4.320/1964.

Vale lembrar que a Constituição da República, em seu art. 167, inciso V, exige prévia autorização legislativa, assim como a indicação dos recursos correspondentes, como condições essenciais para a abertura desses créditos.

Conforme descrito no sucinto relatório acima, a intenção do Chefe do Executivo é abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais) ao orçamento vigente destinado a atender despesa com subvenções sociais a serem distribuídas pelo Município.

Tal autorização torna-se necessária, visto que, o artigo 42 da Lei n.º 4.320/1964 determina que os créditos suplementares e especiais sejam autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Já no §1º do artigo 43 da referida Lei, podemos encontrar a necessidade de indicação de fonte de recursos para abertura de créditos adicionais:

Art. 43. (...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Conforme pode ser verificado no §2º do art. 1º do Projeto de Lei n.º 29/2017, o Chefe do Poder Executivo indica como fonte de recursos a anulação de dotações referidas do Anexo IV do presente Projeto de Lei.

Quanto aos aspectos de ordem orçamentária e financeira, entende-se que a matéria em destaque não causará qualquer impacto ao orçamento municipal, haja vista que não ocorrerá aumento de despesa. O que ocorrerá será a criação de uma nova despesa que será compensada com a anulação de outra dotação que já estava prevista na Lei Orçamentária Anual.

Há de se ressaltar, porém, que a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, exige a sua regulamentação em âmbito municipal para a concessão de recursos a instituições privadas. Tal regulamentação está em tramitação nesta Casa através do Projeto de Lei n.º 28/2017. É de extrema importância que tais projetos sejam aprovados concomitantemente.

Também é importante mencionar que o artigo 30 da Lei n.º 3.052, de 7 de julho de 2016, que “estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2017 e dá outras providências” determina que é vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica. Este Relator entende que tal autorização, a partir deste momento, será realizada pela Lei oriunda do Projeto de Lei n.º 28/2017, em discussão nesta Casa.

Por fim, é necessário realizar alguns ajustes no Projeto em tela. Para tanto, sugere-se a supressão do Anexo II, visto não ser objeto do crédito adicional proposto. Os valores constantes do Anexo II, acredita-se, serão abertos através de crédito suplementar, e não especial. A supressão do referido Anexo exigirá alterações no texto da Lei. Desta forma, apresenta-se a Emenda anexa a este Parecer.

Não há, portanto, óbices para aprovação do Projeto de Lei n.º 29/2017.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei n.º 29/2017, bem como da Emenda anexa.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 10 de abril de 2017.

VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES
Relator Designado

EMENDA N.º AO PROJETO DE LEI N.º 29/2017.

Suprima-se o Anexo II do Projeto de Lei n.º 29/2017, renumerando-se os demais e alterando as referências contidas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º.

Suprima-se o inciso II do artigo 1º do Projeto de Lei n.º 29/2017, incorporando o texto do inciso I ao *caput* do artigo.

Unaí, 10 de abril de 2017; 73º da Instalação do Município.

VEREADOR CARLINHOS DO DEMÓSTENES
Relator Designado